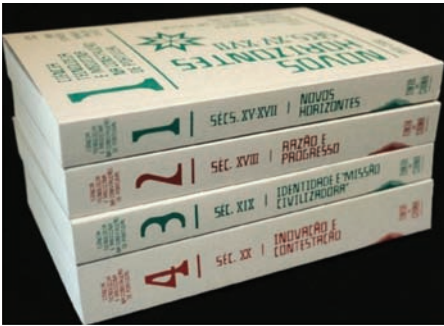


Livros



José Braga

«Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal»,

Tinta da China, 2021, 4 volumes, coordenação geral de Ana Simões e Maria Paula Diogo.

ISBN 978-989-671-596-0

A obra «Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal» abarca quatro volumes, tendo sido abordados os dois primeiros no artigo anterior. «Identidade e Missão Civilizadora» é o tema do volume 3. Abarca temas pertinentes para a compreensão da construção do Portugal Liberal, as contribuições da Ciência, tecnologia e Medicina nas conceções políticas, económicas e sociais deste período tão estudado.

As elites liberais tiveram o desejo de modernizar o país através da reorganização do Estado e da sociedade. O fontismo foi importante na administração do programa de apropriação do território, através de levantamentos cartográficos e construção de infraestruturas. Ocorreu igualmente uma regeneração do corpo e mente dos portugueses, sendo a formação da população decisiva tal como a adoção de novas ideias. Nesse processo foram fundamentais a criação de escolas superiores no Porto e Lisboa, transformando-se esta gradualmente em capital intelectual e científica. Este volume destaca a formação dos engenheiros, o papel dos médicos, o surgimento de periódicos especializados e das associações profissionais. A Ciência contribuiu para novos caminhos na diplomacia e representação do país no exterior (participação em congressos internacionais) e a construção de vias de comunicação contribuíram para abertura da nação e circulação interna.

Teresa Salomé Mota, Vanda Leitão e Ana Carneiro são autoras do capítulo «Os Serviços Geológicos e a administração do território», onde estas premissas são aplicadas. Os serviços geológicos são uma expressão do imperativo territorial que permitiu ao

Estados-nação modernizar a administração pela incorporação de conhecimentos e práticas tecnocientíficas. A produção de cartografia é um instrumento e símbolo do controlo do território. Os serviços geológicos são criados como Comissão Geológica em 1857 no âmbito do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria num contexto de tentativa de aproveitamento dos recursos naturais e construção de infraestruturas. São responsáveis pela institucionalização da geologia e a sua emergência enquanto disciplina científica. Neste âmbito são fundamentais os engenheiros militares, habituados ao trabalho de campo e com prática de realização de cartografia. A sua prática é a seguida pela comunidade geológica internacional.

O último volume, «Inovação e contestação», abarca o período de tempo desde finais do século XIX até inícios do XXI, os vários papéis da Ciência assumidos entre o fim da monarquia e o século XXI.

Aborda a dinâmica que conduziu à implantação da República e da ideia de «Homem novo» (cidadão participativo inserido no espírito positivista e racionalista). É neste contexto que surgem as novas universidades do Porto e Lisboa, promovendo a investigação e não a mera transmissão de conhecimento. A popularização da Ciência é um dos esteios deste cidadão republicano. O lugar das poses coloniais e a necessidade de promover a presença nas colónias africanas tal como a medicina e controlo de doenças tropicais foram importantes para a apropriação e gestão dos recursos do território.

No Estado Novo a Ciência foi também mobilizada debatendo-se a relação complexa entre Universidade e autoritarismo, que apostou especialmente em áreas com aplicação prática imediata, teve um lugar especial para os engenheiros, cujos conhecimentos puderam ser internacionalizados através da participação do Plano Marshall em Portugal.

A última fase da Ditadura, na década de 1970, correspondeu a um programa de reformas do sistema de ensino superior e de investigação. Este sistema democratiza-se com a integração de Portugal na Comunidade Europeia, integrando a classe profissional dos investigadores nas redes internacionais, força motriz da modernização do país, tal como definido na política científica.

Augusto Fitas e Maria de Fátima Nunes estudam esta ideia em «Da Junta de Educação Nacional (JEN) ao IAC e à JNICT: Organização da Ciência e Política Científica». A reforma republicana do ensino superior introduziu nos objetivos da universidade o proceder à descoberta científica e promover o estudo dos problemas nacionais, o que valeu de pouco dado o carácter conservador do meio. Seguindo o exemplo espanhol, depois da I Grande Guerra procurou-se criar uma instituição que promovesse a renovação do ensino superior. Coube aos médicos um papel importante na fundação de tal instituição. A JEN assentava em três características, o financiamento público, a matriz republicana e a liberdade de ação.

Esta instituição optou por concentrar os seus esforços na atualização científica no estrangeiro. Medicina, humanidades e ciências foram as áreas mais apoiadas, permitindo ao investigador a profissionalização. A JEN também apoiou centros de estudo dedicados à investigação, incentivando o professor em tempo integral e dedicação exclusiva.

As renovações de bolsas assentavam na avaliação da produção científica e na prioridade aos bolseiros regressados do exterior que pretendiam continuar a investigar. Com a sua reestruturação, o Instituto para a Alta Cultura (IAC) surge com menos autonomia que a JEN.

O seu principal desiderato era criar novos centros de investigação dando oportunidades no país a investigadores formados no estrangeiro e fundação de revistas científicas internacionais, no período da II Grande Guerra. No pós-Guerra, as bolsas correspondiam mais a missões de estudo do que a estágios. Mais de metade do orçamento era gasto em estudos ligados à energia nuclear. Em 1967 foi criada a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, visando a introdução de mecanismos de inovação sob efeito da internacionalização científica.

Circulação, apropriação e inovação são os conceitos que enformam esta obra que apresenta uma visão poliédrica, assente na colaboração de especialistas com experiências e idades diferentes. Sintetiza o pa-

pel da Ciência nos desígnios do Estado português desde o século XV, colocando-a no contexto social, económico e político e dialogando com a História de Portugal.

Destinado a um público que se interessa pela Ciência e não apenas a historiadores (os capítulos são em média de 20 páginas, fáceis de ler e com amplo apoio de iconografia), num esforço de divulgação, estes quatro volumes suprem uma lacuna historiográfica, afirmando a maturidade da História das Ciências em Portugal. Irão tornar-se uma obra de referência.